

JUCESP
04 07 24



JUCESP PROTOCOLO
0.942.945/24-4



GUASSUPI PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE 3530053591-0
CNPJ n. 33.572.572/0001-02

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de abril de 2024.

Local e hora: na sede da “Companhia”, localizada na Rua Ferreira de Araújo, 186, c/pto. 710, parte, CEP 05428-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 13h00 (treze horas), realizada de forma remota, exclusivamente eletrônica, dispensada por todos os presentes a gravação.

Mesa: Sr. Edson Luiz Diegoli, Presidente. Sr. Jediel Lima da Rocha, Secretário.

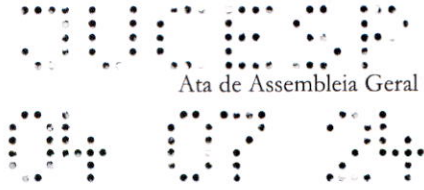
Convocação: independente de convocação nos termos do permissivo legal constante do Art. 124, §4º da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada (“Lei das S.A.”).

Presença: acionistas presentes titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no “Livro de Presença de Acionistas”.

Ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração referente à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Deliberações: por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, sem qualquer reserva, ressalva, oposição ou protestos dos presentes, foram adotadas as seguintes deliberações.

1. Considerar sanadas a falta de observância ao prazo de publicação dos documentos da administração e a falta de publicação de anúncios, com base nos permissivos constantes no Artigo 133, §3º e §4º, da Lei das S.A.,
2. Aprovar o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados eletronicamente no sítio eletrônico da Companhia, no endereço <http://www.guassupiparticipacoes.com.br>, e na Central de Balanços – CB do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em 1º de abril de 2024, conforme via em anexo, que passa a fazer parte integrante deste ato como **Anexo I**, nos termos do disposto no Art. 294 da Lei das S.A., na Portaria do Ministério da Economia nº 12.071, de 7 de outubro de 2021, e na Portaria do Ministério da Economia nº 10.031, de 22 de novembro de 2022.
3. Aprovar o resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com registro de prejuízos no valor de R\$5.185.312,87 (cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e doze reais, e oitenta e sete centavos).
4. Aprovar a proposta da administração sobre o acréscimo da conta de Prejuízos Acumulados da Companhia, por força de prejuízos apurados no exercício de 2023, no valor de R\$5.185.312,87 (cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e doze reais, e oitenta



e sete centavos), sem qualquer destinação para a conta de Reserva Legal ou mesmo para distribuição de dividendos aos acionistas.

5. Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para o cumprimento do quanto aprovado nesta assembleia.

Documentos: ficaram arquivados na sede da Companhia, numerados seguidamente e rubricado pela mesa: o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Encerramento: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, sendo ela cópia fiel daquela lançada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, que, tendo sido lida e achada conforme, foi por todos assinada, com a utilização de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). **Acionistas:** Quebra Dentes Fundo de Investimento em Participações – Infraestrutura (representado por REAG Administradora de Recursos Ltda., presente por seu representante Sr. Ramon Pessoa Dantas)

São Paulo, 8 de abril de 2024.

Mesa:

Edson Luiz Diegoli
Presidente

Jediel Lima da Rocha
Secretário



N/Ref.: 07213401-2150



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0D89-D716-1977-7B05> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0D89-D716-1977-7B05



Hash do Documento

6AD8B7F590A86C426AE329FD02BF326EC7327CB375011BD8670548F827532F09

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2024 é(são) :

Edson Luiz Diegoli - 416.549.279-53 em 12/04/2024 16:33 UTC-

03:00

Tipo: Certificado Digital

Jediel Lima da Rocha - 584.323.536-04 em 12/04/2024 09:46

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





CNPJ 33.572.572/0001-02 **Razão Social** GUASSUPI PARTICIPACOES S.A. **Data de Publicação** 01/04/2024 15:39:01 **Hash de Publicação** 8F6FA6BE3676E5D12465A5422B920BAEEEA5C08EA

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Sim	Participante-Upload

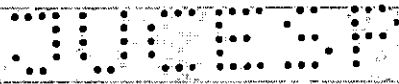
Título
Demonstrações Financeiras

Descrição
DFP 2023

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante



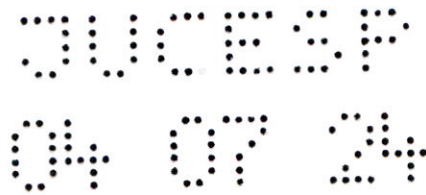
Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
EDSON LUIZ DIEGOLI:41654927953	416.549.279-53	01/04/2024 15:39:01	Representante	Certificado Digital

JUCESP
04 07 24

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas**

Guassupi Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



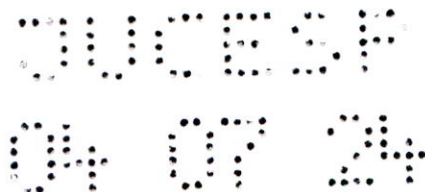
Guassupi Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12

**EY**Building a better
working worldTarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - BrasilTel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A
Diretoria e Conselho de Administração da
Guassupi Participações S.A.
São Paulo (SP)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guassupi Participações S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Building a better
working world



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita; ii) avaliação das políticas contábeis relacionadas ao processo de reconhecimento de receita iii) verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de geração de energia e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; iv) realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita; e v) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



EY

Building a better
working world

Recuperação do ativo imobilizado - fase pré-operacional e fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia é controladora de quatro pequenas centrais hidroelétricas as quais encontram-se em fase pré-operacional e fase inicial de operação, as quais tem realizado investimentos relevantes na construção de suas barragens e usinas. Como consequência, necessitam de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção das respectivas plantas e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) para as controladas ainda não em operação, verificamos a evolução física das obras, (iv) verificamos autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas início das operações, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Building a better
working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DUCEAP
04 07 24



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

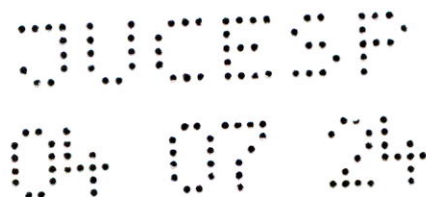
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC-000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cleverson L.L.'.

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O



Guassupi Participações S.A.

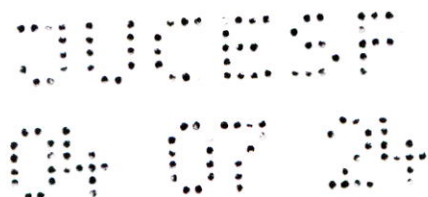
Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.648	14	4.079	11.297
Contas a receber	5	-	-	6.250	5.699
Tributos a recuperar		66	66	316	252
Outras contas a receber		-	-	6	6
Total do ativo circulante		1.714	80	10.651	17.254
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	6	-	-	3.732	3.732
Partes relacionadas	7	377.314	287.822	-	-
Investimentos	8	46.237	51.294	-	-
Imobilizado	9	-	-	714.604	639.714
Intangível		-	-	1.217	1.217
Total do ativo não circulante		423.551	339.116	719.553	644.663
Total do ativo		425.265	339.196	730.204	661.917
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	21.801	130.208	55.144	170.466
Fornecedores	11	2	17	4.172	7.809
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	139	148
Tributos a recolher		1	1	803	1.066
Tributos diferidos		-	-	132	138
Total do passivo circulante		21.804	130.226	60.390	179.628
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	21.664	43.278	304.821	328.077
Partes relacionadas	7	361.577	140.287	345.038	129.192
Provisão para gastos ambientais	12	-	-	627	607
Contingências	13	-	-	913	184
Total do passivo não circulante		383.241	183.565	651.399	458.059
Patrimônio líquido	14				
Capital social		76.188	76.188	76.188	76.188
Prejuízos acumulados		(50.783)	(27.407)	(50.783)	(27.407)
Prejuízos do exercício		(5.185)	(23.376)	(5.185)	(23.375)
Patrimônio líquido		20.220	25.405	20.220	25.406
Participações dos acionistas não controladores		-	-	(1.804)	(1.176)
Total do patrimônio líquido		20.220	25.405	18.416	24.231
Total do passivo		425.265	339.196	730.205	661.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Guassupi Participações S.A.

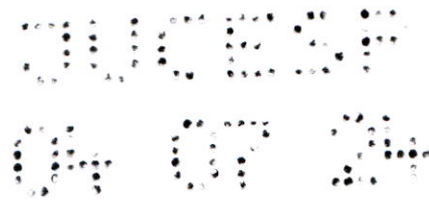
Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	-	-	51.786	44.180
Custo do serviço prestado	16	-	-	(19.373)	(11.463)
Resultado bruto		-	-	32.413	32.717
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	16	(77)	(155)	(9.804)	(6.646)
Equivalência patrimonial	8	(5.059)	4.565	-	-
		(5.136)	4.410	(9.804)	(6.646)
Resultado antes do resultado financeiro		(5.136)	4.410	22.609	26.071
Resultado financeiro	17				
Receitas financeiras		1	51	789	1.506
Despesas financeiras		(50)	(27.824)	(27.369)	(48.402)
		(49)	(27.773)	(26.580)	(46.896)
Resultado antes dos impostos		(5.185)	(23.363)	(3.971)	(20.825)
IRPJ/CSLL corrente	18	-	(13)	(1.847)	(1.933)
IRPJ/CSLL diferidos	18	-	-	6	(53)
Prejuízo do exercício		(5.185)	(23.376)	(5.812)	(22.811)
Resultado dos acionistas não controladores		-	-	(627)	565
Prejuízo do exercício		(5.185)	(23.376)	(5.185)	(23.376)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(0,08)	(0,38)	(0,08)	(0,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Guassupi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(5.185)	(23.376)	(5.812)	(22.811)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(5.185)</u>	<u>(23.376)</u>	<u>(5.812)</u>	<u>(22.811)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Guassupi Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

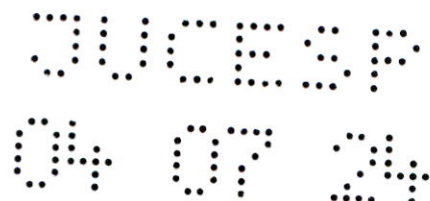
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	76.188	(27.407)	48.781	-	48.781
Prejuízo do exercício	-	(23.376)	(23.376)	565	(22.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76.188	(50.783)	25.405	565	25.970
Prejuízo do exercício	-	(5.185)	(5.185)	(627)	(5.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	76.188	(55.968)	20.220	(62)	20.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.





Guassupi Participações S.A.

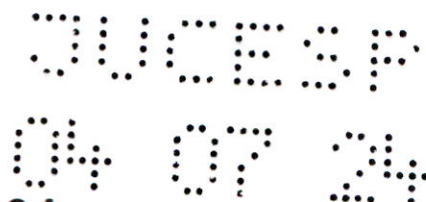
Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(5.185)	(23.363)	(3.972)	(20.822)
Depreciação	-	-	11.323	7.252
Juros de empréstimos	-	-	31.753	-
Resultado de equivalência	5.057	(4.564)	-	-
Provisão de contingências	-	-	749	-
Redução (aumento) em:				
Contas a receber	-	-	(551)	(2.831)
Tributos a recuperar	-	(27)	(64)	(26)
Aumento (redução) em:				
Fornecedores	(15)	16	1.717	796
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(9)	49
Tributos a recolher	-	(55)	(2.110)	(1.740)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(15)	(27.993)	203.325	17.322
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(40.210)	(106.183)
Adições de intangível	-	-	-	(41)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	-	-	(40.210)	(106.224)
Atividades de financiamentos				
Pagamentos de empréstimos	(130.021)	(384)	(170.332)	(22.783)
Mútuos de partes relacionadas	131.798	(10.105)	164.488	68.243
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(130.021)	(384)	(170.332)	(22.783)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.634	(12.479)	(7.217)	(17.329)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	12.493	11.296	28.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.648	14	4.079	11.296
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	1.634	(12.479)	(7.217)	(17.329)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Guassupi Participações S.A. ("Guassupi" ou Companhia"), com sede em São Paulo na rua Ferreira de Araújo, nº 186, no bairro Pinheiros - Estado de São Paulo é uma sociedade por ações constituída em 09 de maio de 2019. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a holdings de instituições não-financeiras, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, com a participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob participações em companhias que exploram do potencial hidrelétrico dos rios Toropi e Guassupi, sub bacias 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, na região de Quevedos, Julio Castilho e São Martinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional de suas investidas e na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2024.

1.1. Companhias controladas

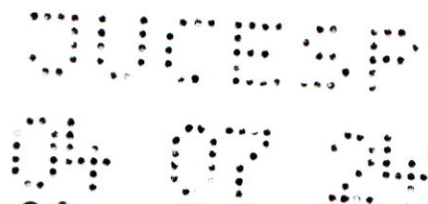
Quevedos Energética S.A. ("Quevedos")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e Júlio Castilho no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.890, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a entrada em operação, que foi em junho de 2020, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 22.360 kW e potência líquida de 22.025 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 9.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de junho de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

Salto do Guassupi Energética S.A. ("Salto")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Guassupi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Júlio Castilho e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.931, de 26 de fevereiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Companhias controladas--Continuação

Salto do Guassupi Energética S.A. ("Salto") --Continuação

A geradora terá potência instalada de 12.199 kW e potência líquida de 12.016 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 5.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de dezembro de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

Rincão São Miguel Energética S.A. ("São Miguel")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.889, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 9.750 kW e potência líquida de 9.603 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 4.200 kW do período de 2024 a 2053 através do leilão A-3 de 2021, e tem previsão para o início das operações no primeiro semestre de 2024.

Rincão dos Albinos Energética S.A. ("Albinos")

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.888, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 16.453 kW e potência líquida de 16.206 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 7.200 kW do período de 2024 a 2053 através do leilão A-3 de 2021, e iniciou a operação em setembro de 2022.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

DUCE SP

04 07 24

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver o controle e finaliza quando a Companhia deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Na consolidação todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladora e controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

Entre os principais procedimentos e ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, segundo a natureza contábil, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) Investimento correspondente às participações no patrimônio líquido e no resultado do exercício da empresa controlada.

2.2. Investimentos em controladas

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. O investimento da Companhia em suas controladas, é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rincão São Miguel Energética S.A.	89%	89%
Rincão dos Albinos S.A.	89%	89%
Quevedos Energética S.A.	89%	89%
Salto do Guassupi Energética S.A.	89%	89%

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

DUCE SP

04 07 24

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Reconhecimento de receita--Continuação

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (I) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
- (a) *Suprimento de energia - ambiente regulado*: A comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que será iniciado a partir de janeiro de 2022; e
- (b) *Suprimento de energia - ambiente livre*: A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022. No exercício de 2020 toda energia gerada foi negociada em ambiente livre.
- (II) Ajuste positivo CCEE: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

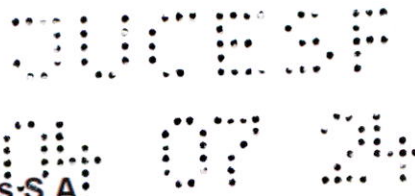
2.7. Tributos

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 30%.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado "lucro presumido regime de competência". As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Guassupi Participações S.A.

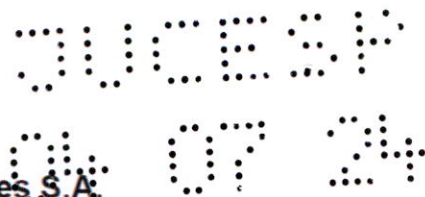
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros --Continuação

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

2.10. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à debênture.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante--Continuação

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

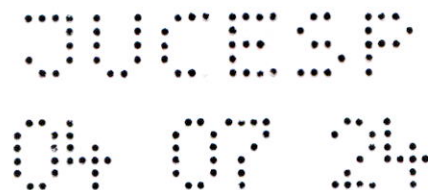
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	-	-	51	2.904
Aplicações financeiras	1.648	14	4.028	8.393
	<u>1.648</u>	<u>14</u>	<u>4.079</u>	<u>11.297</u>

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é substancialmente constituído pelos valores faturados no mês de dezembro, o qual será recebido em 1 parcela a partir do mês subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica.

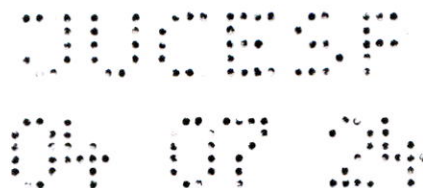
	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	6.250	5.699
	<u>6.250</u>	<u>5.699</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

6. Depósitos judiciais

As Controladas são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação, os saldos de depósitos judiciais são assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Desapropriações	3.732	3.732
	<u>3.732</u>	<u>3.732</u>



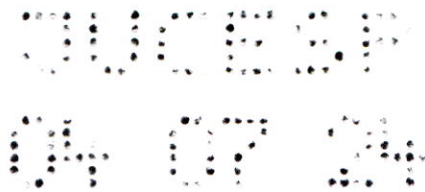
Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo, originados pelo pagamento de despesas da Companhia pelas mutuantes. As partes definiram que a atualização monetária dos saldos será IPCA + 4% a.a., além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito. O montante de R\$ 51.359, referem-se a juros sobre empréstimos capitados pela controladora. Este montante foi repassado pela controladora para a companhia e foi capitalizado ao imobilizado. Os saldos estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Rincão dos Albinos Energética S.A.	139.802	123.965	-	-
Rincão São Miguel S.A.	166.774	109.341	-	-
Quevedos Energética S.A.	30.706	22.595	-	-
Salto do Guassupi Energética S.A.	40.032	31.921	-	-
	<u>377.314</u>	<u>287.822</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Salto do Guassupi Energética S.A.	3.352	3.010	-	-
Quevedos Energética S.A.	13.187	8.085	-	-
Luis Terepins	34.949	8.427	34.949	8.427
Luis Stuhlberger	23.936	7.505	23.936	7.505
Luciano Hang	95.249	44.597	95.249	44.597
Nelson Alvarenga Filho	61.356	19.978	61.356	19.978
Americo Fernando Rodrigues Breia	83.307	32.236	83.307	32.236
Leivi Abuleac	46.241	16.449	46.241	16.449
	<u>361.577</u>	<u>140.287</u>	<u>345.038</u>	<u>129.192</u>



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas estão representados pelos seguintes saldos em de 31 de dezembro de 2023:

Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Quevedos Energética S.A.	Brasil	153.660	132.656	21.004
Salto do Guassupi Energética S.A.	Brasil	114.544	97.494	17.050
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Brasil	242.684	241.307	1.377
Rincão São Miguel Energética S.A.	Brasil	234.163	229.160	5.003
		745.050	700.617	44.434

Nome	Resultado do Exercício	% Partic.	Resultado Equivalência	Valor do Investimento
Quevedos Energética S.A.	2.455	89,00%	2.185	21.437
Salto do Guassupi Energética S.A.	(1.555)	89,00%	(1.384)	17.760
Rincão dos Albinos Energética S.A.	(4.981)	89,00%	(4.433)	1.825
Rincão São Miguel Energética S.A.	(1.604)	89,00%	(1.429)	5.215
Total dos Investimentos	(5.685)		(5.059)	46.237

Os investimentos da Companhia em suas controladas estão representados pelos seguintes saldos em de 31 de dezembro de 2022:

Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Quevedos Energética S.A.	Brasil	141.943	124.905	17.038
Salto do Guassupi Energética S.A.	Brasil	106.476	88.684	17.792
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Brasil	234.361	229.753	4.608
Rincão São Miguel Energética S.A.	Brasil	185.650	179.015	6.635
		668.430	622.357	46.073

Nome	Resultado do Exercício	% Partic.	Resultado Equivalência	Valor do Investimento
Quevedos Energética S.A.	649	89,00%	578	19.252
Salto do Guassupi Energética S.A.	(575)	89,00%	(512)	19.144
Rincão dos Albinos Energética S.A.	3.994	89,00%	3.555	6.256
Rincão São Miguel Energética S.A.	1.061	89,00%	944	6.642
Total dos Investimentos	5.129		4.565	51.294

9. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL. Os detalhes do ativo imobilizado consolidado da Companhia estão demonstrados a seguir:



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Custo de aquisição			
Terrenos		24.655	24.643
Máquinas e equipamentos		143.880	131.763
Veículos		54	54
Edificações		356.359	304.821
Móveis e utensílios		22	22
Imobilizado em curso		205.812	167.518
Adiantamentos a fornecedores		9.226	25.534
		<u>740.008</u>	<u>654.355</u>
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	(7)	(4)
Edificações	2% a 4%	(14.795)	(8.100)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(10.571)	(6.517)
Móveis e utensílios	6,25%	(29)	(21)
		<u>(25.402)</u>	<u>(14.642)</u>
Total do imobilizado		<u>714.606</u>	<u>639.713</u>

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados juros no montante de R\$ 51.359, e compõe o total de adição do ano.

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado consolidado em dezembro de 2023

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição							
Terrenos		24.643	12	-	-	-	24.655
Máquinas e equipamentos		131.763	435	-	(5)	11.687	143.880
Edificações		304.821	49.461	-	(1)	2.078	356.359
Veículos		54	-	-	-	-	54
Móveis e utensílios		22	-	-	-	-	22
Imobilizado em curso		167.518	35.425	-	-	2.869	205.812
Adiantamentos a fornecedores		25.534	1.307	-	(981)	(16.634)	9.226
		654.355	86.640		(987)	-	740.008
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios	20%	(4)	-	(3)	-	-	(7)
Edificações	2% a 4%	(8.100)	-	(6.695)	-	-	(14.795)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(6.517)	-	(4.617)	563	-	(10.571)
Veículos	6,25%	(21)	-	(8)	-	-	(29)
		(14.642)	-	(11.323)	563	-	(25.402)
Total do imobilizado		639.713	86.640	(11.323)	(424)	-	714.606



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado consolidado em dezembro de 2022

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Reclassificações	Saldo em 31/12/2022
Custo de aquisição								
Terrenos		24.660	(2)	-	-	-	(15)	24.643
Máquinas e equipamentos		81.258	96	-	(21)	50.430	-	131.763
Edificações		148.911	217	-	-	155.679	15	304.822
Veículos		54	-	-	-	-	-	54
Móveis e utensílios		20	2	-	-	-	-	22
Imobilizado em curso		268.413	90.851	-	-	(191.746)	-	167.518
Adiantamentos a fornecedores		25.007	15.019	-	(129)	(14.363)	-	25.534
		548.323	106.183		(150)	-	-	654.356
Depreciação acumulada								
Móveis e utensílios	20%	(1)	-	(3)	-	-	-	(4)
Edificações	2% a 4%	(4.019)	-	(4.081)	-	-	-	(8.100)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(3.356)	-	(3.161)	-	-	-	(6.517)
Veículos	6,25%	(14)	-	(7)	-	-	-	(21)
		(7.390)	-	(7.252)	-	-	-	(14.642)
Total do imobilizado		540.933	106.183	(7.252)	(150)	-	-	639.714

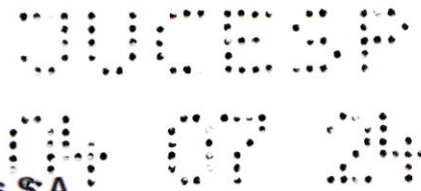
Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e debêntures

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes emissões vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Companhia	Banco	Data de Emissão	Data de Vencimento	Data do 1º Pagamento	Remuneração	Valor	Agente Fiduciário
Guassupi Participações S.A.	Itaú Unibanco S. A	17/12/2020	17/12/2025	17/07/2021	DI + 2,25% a.a.	100.000	Pentágono S.A.
Quevedos Energética S.A.	Itaú Unibanco S. A	15/12/2019	15/12/2037	15/06/2021	IPCA + 4,525 a.a.	90.000	Pentágono S.A.
Salto do Guassupi Energética S.A.	Itaú Unibanco S. A	15/12/2019	15/12/2037	15/06/2021	IPCA + 4,525 a.a.	50.000	Pentágono S.A.
Rincão dos Albinos Energética S.A.	Itaú Unibanco S. A	15/12/2019	15/06/2037	15/06/2022	IPCA + 5,0128% a.a.	78.000	Pentágono S.A.
Rincão São Miguel S.A.	Itaú Unibanco S. A	15/12/2019	15/06/2037	15/06/2022	IPCA + 5,0128% a.a.	48.000	Pentágono S.A.
Total captado						426.000	



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e debêntures--Continuação

Os empréstimos e debêntures captados são para construção das PCHs (controladas). Os empréstimos e financiamentos e debêntures possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital de giro					
BTG Pactual	DI + 2,50 a.a.	-	108.236	-	108.236
Debêntures					
Itaú S.A.	IPCA + 4,525 a.a.	43.465	65.250	200.551	222.522
Itaú S.A.	IPCA + 5,0128% a.a.	-	-	159.414	167.786
		<u>43.465</u>	<u>173.486</u>	<u>359.965</u>	<u>498.544</u>
Circulante		21.801	130.208	55.144	170.467
Não circulante		21.664	43.278	304.821	328.077

Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e debêntures--Continuação

Mapa de movimentação de empréstimos e debêntures

A seguir demonstramos a movimentação:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	147.867	460.568
Juros, atualização e custos de captação	26.003	45.904
Juros imobilizado	-	14.855
Pagamentos	(384)	(22.783)
Captações, juros, atualização e custos de empréstimos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	173.486	498.544
Juros, atualização e custos de captação	-	31.753
Pagamentos	(130.021)	(163.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.465	359.965

Cronograma de amortização da dívida - não circulante

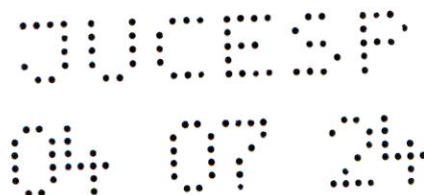
Ano	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
2025	21.664	20.199
2026	-	22.542
A partir de 2027	-	262.080
	<u>21.664</u>	<u>304.821</u>

Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia e suas controladas obrigassem-se a observar determinadas cláusulas de restrição "covenants" constantes dos contratos de emissão de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais ou trimestrais da Companhia e suas controladas contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da "Geração de Caixa da Atividade no PRef" dividido pelo "Serviço da Dívida no PRef".
- A razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e
- O índice de liquidez não poderá ser inferior a 1,13 (um inteiro e treze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas cumpriram todas as obrigações ("covenants") relacionados aos contratos de debêntures.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	2	17	4.172	7.809
	<u>2</u>	<u>17</u>	<u>4.172</u>	<u>7.809</u>

12. Provisão para gastos ambientais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para gastos ambientais	627	607
	<u>627</u>	<u>607</u>

A Companhia e suas controladas realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2023. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

13. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está envolvida em determinadas questões judiciais. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas "prováveis", e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A companhia classificou R\$ 2.730 como possível. Abaixo quadro com o valor provável.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências	913	184
	<u>913</u>	<u>184</u>



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 76.188 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 76.188 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por um total de 61.958.386 de ações (61.958.386 de ações em 31 de dezembro de 2022).

b) Resultado acumulados

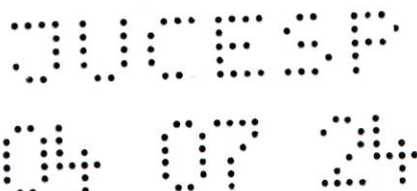
O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteados pelos artigos 201 a 203 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Durante o exercício de 2023 a Companhia não obteve lucros.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. Durante o exercício de 2023 a Companhia não obteve lucros.

15. Receitas operacionais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Venda de energia	53.747	45.857
	<u>53.747</u>	<u>45.857</u>
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	-	(3)
PIS e COFINS sobre vendas	(1.961)	(1.674)
	<u>(1.961)</u>	<u>(1.677)</u>
Receita operacional líquida	<u>51.786</u>	<u>44.180</u>



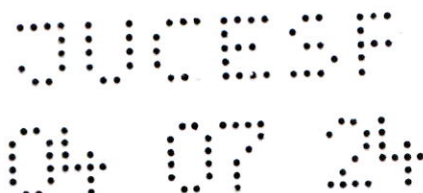
Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Gastos por natureza

A seguir demonstramos a gastos por natureza nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gastos por função				
Custo do serviço prestado	-	-	(19.373)	(11.463)
Despesas administrativas e gerais	(77)	(155)	(9.804)	(6.646)
	(77)	(155)	(29.177)	(18.109)
Gastos por natureza				
Custo aquisição de energia	-	-	(2.999)	(766)
Encargos de uso e conexão	-	-	(4.100)	(2.669)
Serviços de terceiros	-	(9)	(5.449)	(3.323)
Depreciação	-	-	(11.323)	(7.252)
Despesas com pessoal	-	-	(1.360)	(1.209)
Honorários contábeis	(17)	(20)	(191)	(163)
Assessoria jurídica	(49)	(109)	(642)	(827)
Viagens e estadias	(3)	-	(303)	(391)
Internet e telefone	-	-	(226)	(239)
Taxas e cartórios	-	-	(490)	(576)
Perdas	-	-	(6)	(28)
Contingências	-	-	(1.078)	-
Seguros	-	-	(494)	(478)
Outras despesas	(8)	(17)	(516)	(188)
	(77)	(155)	(29.177)	(18.109)



Guassupi Participações S.A.

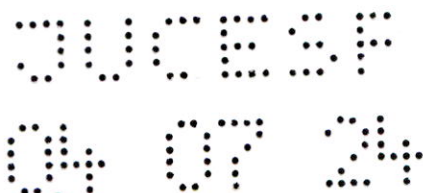
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receitas aplicações financeiras	1	51	774	1.493
Descontos obtidos	-	-	15	13
	<u>1</u>	<u>51</u>	<u>789</u>	<u>1.506</u>
Despesas financeiras				
Juros e custo de empréstimos	-	(26.003)	(31.753)	(45.904)
Outras despesas financeiras	(50)	(1.821)	(2.072)	(2.498)
	<u>(50)</u>	<u>(27.824)</u>	<u>(33.825)</u>	<u>(48.402)</u>
Resultado financeiro	<u>(49)</u>	<u>(27.773)</u>	<u>(33.036)</u>	<u>(46.896)</u>

18. Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia	-	-	53.747	45.857
	-	-	53.747	45.857
Presunção IRPJ a 8%	-	-	4.300	3.669
Presunção CSLL a 12%	-	-	6.450	5.503
Outras receitas				
Receitas aplicações financeiras	1	51	(774)	(1.493)
	<u>1</u>	<u>51</u>	<u>(774)</u>	<u>(1.493)</u>
Impostos correntes				
Imposto de renda (15% a 25%)	-	(8)	(1.195)	(1.284)
Contribuição social (9%)	-	(5)	(652)	(649)
	-	(13)	(1.847)	(1.933)
Impostos diferidos				
Imposto de renda (25%)	-	-	4	(33)
Contribuição social (9%)	-	-	2	(20)
	-	-	<u>6</u>	<u>(53)</u>



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e suas controladas. Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

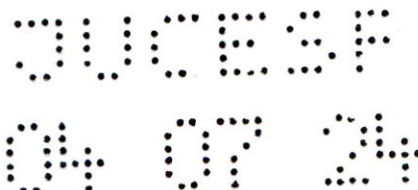
Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.648	14	4.079	11.296
Contas a receber	-	-	6.250	5.699
Partes relacionadas - ativa	377.314	287.822	-	-
Fornecedores	2	17	4.172	7.809
Partes relacionadas - passiva	361.577	140.287	345.038	129.191
Empréstimos e financiamentos	43.465	173.486	359.965	498.544

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia e de suas controladas supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia e de suas controladas contam com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia e suas controladas.

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia e de suas controladas de que as atividades da Companhia e de suas controladas em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e de suas controladas e disposição para risco da Companhia e de suas controladas. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia e de suas controladas não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.



Guassupi Participações S.A.

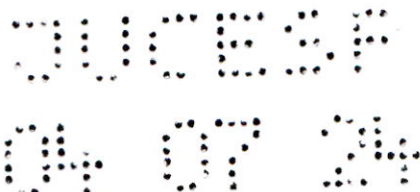
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- (a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- (b) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia e suas controladas, com base nos pagamentos contratuais não descontados.
- (c) Risco de desconstratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.
- (d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidas junto a instituições financeiras ou empréstimos com partes relacionadas. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (e) Risco de regulação: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.
- (f) Gerenciamento de capital: A Administração da Companhia e suas controladas gerenciam seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação na construção das usinas, além de prover retorno aos acionistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

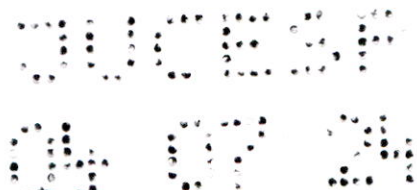
A dívida líquida da Companhia e suas controladas em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	43.465	173.486	359.965	498.544
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.648	14	4.079	11.296
Dívida líquida	41.817	173.472	355.886	487.248
Total do patrimônio líquido	20.220	25.405	18.415	24.228
Dívida líquida e patrimônio líquido	62.037	198.877	374.301	511.476
Quociente de alavancagem	67%	87%	95%	95%

Não houve alterações na abordagem da Companhia e suas controladas à administração de capital durante o período. A Companhia e suas controladas, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

- (g) **Risco Operacional:** O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.
- (h) **Risco hidrológico:** O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de retração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-se entre todas as usinas vinculadas ao MRE.



Guassupi Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

21. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros de empréstimos capitalizados ao imobilizado	-	(384)	51.359	14.855
Provisão para gastos ambientais	-	-	20	607
Provisão para contingências	-	-	729	184